



ANALFABETISMO NO BRASIL:

configuração e gênese das desigualdades regionais

Alceu Ravello Ferraro e Daniel Kreidlow

RESUMO – *Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais.* O analfabetismo é uma forma extrema de exclusão. O Censo 2000 revela: a persistência do analfabetismo no Brasil, sua distribuição extremamente desigual entre as Unidades da Federação (UFSs) e a configuração regional dessa distribuição. Em 1872 (primeiro Censo), as diferenças entre as províncias eram mínimas. O Censo 1920 evidencia o primeiro rompimento dessa condição de “igualdade” no analfabetismo generalizado. O período 1920/1960 conclui a configuração regional do analfabetismo, assim como aparece no Censo 2000. O que tem empurrado para baixo as taxas de analfabetismo no Brasil é, principalmente, a concentração da administração pública (RJ e DF), a propriedade rural familiar (RS e SC), a urbanização aliada à industrialização (SP e, mais recentemente, MG e PR), a proximidade com os centros do poder político e econômico. Nunca o latifúndio. Nem mesmo o latifúndio do rei café.

Palavras-chave: *analfabetismo, Brasil, desigualdades regionais, latifúndio, escravismo.*

ABSTRACT – *Illiteracy in Brazil: the configuration and genesis of regional disparities.* Illiteracy is an extreme form of exclusion. The census of 2000 reveals three things in relation to illiteracy: its persistence in Brazil, its extremely unequal distribution among the units of the Federation and the regional configuration of its distribution. In 1872 (according to the first census) the differences between the provinces were minimal. The census of 1920 showed the first change in this pattern of “equality” in generalized illiteracy. In the period from 1920 to 1960 the regional configuration of illiteracy as revealed by the census of 2000 was concluded. The factors that have been reducing the illiteracy rates in Brazil are mainly the concentration of public administration (first in Rio de Janeiro and later in Brasília), the small farmers (in Rio Grande do Sul and Santa Catarina), the combination of urbanization and industrialization (in São Paulo and more recently in Minas Gerais and Paraná), the geographical closeness to the centers of political and economic power. But illiteracy has never been reduced by the latifundia, not even those used for coffee plantations.

Keywords: *Illiteracy, Brazil, Regional disparities, Latifundium, Slavery.*

O presente trabalho¹ retorna ao tema da tendência secular do analfabetismo no Brasil (Ferrari, 1985 e Ferraro 2002; 2003), focalizando agora a gênese e a configuração tipicamente regional que foi assumindo o fenômeno.

À primeira vista, pode parecer que não muda muito escolher entre analfabetismo e alfabetização; é como escolher cara ou coroa de uma mesma moeda; ou como enfocar o lado problemático de uma realidade (o analfabetismo, no caso), ou o lado da solução (a alfabetização). Vale, porém, aqui, o seguinte alerta: “Hay pocos temas en la problemática social contemporánea de los que se hable tanto e se llegue a tan pocos acuerdos como el analfabetismo y su aparente ‘solución: la alfabetización.’” (Llomovatte, 1989, p. 5). O desacordo existente sobre o que se deva entender por analfabetismo e por alfabetização é amplamente reconhecido. O aspecto mais interessante e provocativo está no fato dessa autora, Llomovatte, ver na alfabetização não mais do que a solução “aparente” do analfabetismo. Optar, pois, pela ótica do analfabetismo não se reduz simplesmente escolher por uma das faces do tema – o lado problemático, já que, como perspectiva de diagnóstico, ele tem sua especificidade.

Cabe ainda indagar: terá ainda atualidade e relevância o estudo do fenômeno do analfabetismo, no sentido que a palavra tem nos censos demográficos, quando hoje a atenção se volta cada vez mais para a escolarização básica e os níveis de letramento atingidos? Afirmativa ou negativa, a resposta à pergunta “Sabe ler e escrever?” é a única informação sobre educação contida nos primeiros censos demográficos (os de 1872, 1890, 1900 e 1920). Esta é a primeira justificativa. A segunda está no fato de que o próprio avanço histórico da escolarização no País acarreta, como contrapartida, o agravamento do preconceito e da discriminação em relação aos ainda analfabetos, no sentido de estes reconhecerem-se e declararem-se incapazes de ler e escrever um simples bilhete. Daí que programas de superação do analfabetismo continuem constituindo objeto de políticas públicas no País. A alfabetização, mesmo no limitado sentido censitário, representa livrar-se de um estigma. Acresce, como terceira justificativa, o fato de que, por menor que seja o ganho representado pela alfabetização, medida pelo critério de saber ler e escrever um bilhete simples, ele representa o primeiro passo – decisivo – no processo de escolarização.

O mapa do analfabetismo no Brasil segundo o Censo 2000

Em que pesem as sucessivas juras e projetos dos governantes, por mais de um século, de *erradicar* o analfabetismo, o Brasil chegou ao ano 2000 com nada menos do que 17,6 milhões de analfabetos (entre as pessoas de 10 anos ou mais) e 25,7 milhões (entre as pessoas de 5 anos ou mais).

Os países da América Latina têm preferido trabalhar com taxas de analfabetismo para as pessoas de 10 anos ou mais, enquanto que a UNESCO, por enfatizar o problema do analfabetismo de jovens e adultos, tem preferido taxas para as

pessoas de 15 anos ou mais. No entanto, o tipo de estudo aqui desenvolvido obriga a trabalhar com taxas de analfabetismo para a população de 5 anos ou mais – único indicador comparável que pode ser construído desde o primeiro até o último censo demográfico². Para uma avaliação comparativa, o gráfico 1 apresenta ambas as taxas. A taxa de analfabetismo para população brasileira de 5 anos ou mais é aproximadamente quatro pontos percentuais mais elevada do que a taxa para a população de 10 anos ou mais (16,7% e 12,8%, respectivamente).

Não importa qual dos dois critérios se adote, o gráfico 1 revela a existência de uma gritante desigualdade interna no País, que se traduz numa variação da taxa de analfabetismo, de 5,2% a 31,8% para as pessoas de 10 anos ou mais e de 8,8% a 36,5% para as pessoas de 5 anos – respectivamente no Distrito Federal e no Estado de Alagoas.

Tomando agora como critério a taxa de analfabetismo para as pessoas de 5 anos ou mais, o exame atento do gráfico 1 permite distinguir quatro grupos tipicamente regionais de unidades da Federação – dois acima e dois abaixo da taxa nacional de analfabetismo (BR – 16,7%).

O grupo I reúne as taxas mais elevadas de analfabetismo e é constituído por todos os nove Estados do Nordeste, mais o Acre, com taxas sempre superiores a 25% de analfabetos entre as pessoas de 5 anos ou mais. Na realidade, taxas que variam de 36,5% no Estado de Alagoas a 25,9% no Estado da Bahia.

O grupo II, constituído pelo grosso da Região Norte (PA, TO, AM, AP), situa-se entre as taxas do Nordeste e a taxa nacional, variando de 23,1% no Pará a 18,1% no Amapá. Há duas exceções: o Acre, que acompanha as taxas do Nordeste, e Rondônia, com taxa logo abaixo da taxa nacional (BR – 16,7%).

O grupo III, situado logo abaixo da taxa nacional, é constituído pelos Estados do Centro-Oeste (GO, MT, MS), mais a parte norte do Sudeste (ES e MG) e o extremo sudoeste da Região Norte (RO). As taxas variam de 16,2% (RO) a 13,6% (MS). Este grupo forma, por assim dizer, um *cordão de isolamento* no sentido leste-oeste, que se estende do Estado do Espírito Santo ao de Rondônia, separando os grupos I e II (Nordeste e Norte), menos alfabetizados, do grupo IV (Sudeste-Sul e Distrito Federal), mais alfabetizado.

Por fim, o grupo IV reúne as taxas mais baixas de analfabetismo, que vão de 11,6% no Paraná a 8,8% no Distrito Federal, sempre entre as pessoas de 5 anos ou mais. Este grupo compreende toda a Região Sul (RS – 9,3%, SC – 9,0%, PR – 11,6%), a parte sul da Região Sudeste (SP – 9,6% e RJ – 9,3%), mais o Distrito Federal (8,8%).

A análise que se acaba de fazer com base nos dados do Censo 2000 revela ao mesmo tempo a persistência do fenômeno do analfabetismo no Brasil e a configuração tipicamente regional de sua distribuição pelo território nacional. Os grupos extremos são constituídos pelo Nordeste (grupo I) e Sudeste-Sul (grupo IV). Os cinco Estados com taxas mais elevadas de analfabetismo entre as pessoas de 5 anos ou mais, todos do Nordeste (AL, PI, MA, PB, e CE, em ordem

decrecente), têm, em termos percentuais, taxas de analfabetismo 3,05 a 4,15 vezes mais elevadas do que os cinco Estados com taxas mais baixas (DF, SC, RJ, RS e SP, em ordem crescente). A taxa máxima (AL – 36,5%) é 4,15 vezes mais elevada do que a taxa mínima (DF – 8,8%). Se consideradas as pessoas de 10 anos ou mais, a diferença entre as taxas máxima e mínima atinge a 6,12 vezes (AL – 31,8% e DF – 5,2%). Tudo isto atesta, a um só tempo, o quanto são grandes as disparidades e o caráter tipicamente regional de sua distribuição no País. Tais resultados questionam com vigor a tese dos dois “Brasis”³. Pelo menos no que concerne a níveis de analfabetismo, os “Brasis” são mais de dois. A referida tese pode dar conta das situações extremas (de um lado, o Nordeste, de outro, o Sul, mais SP, RJ e DF), mas deixa de fora do modelo explicativo a maior parte do território nacional e aproximadamente um terço da população brasileira, cujas taxas de analfabetismo se agrupam em torno na taxa nacional, nitidamente distintas e afastadas das duas situações extremas. Por mais tentadoras que sejam as classificações dicotômicas, elas padecem de uma limitação comum – a de simplificarem sobremaneira a realidade.

O analfabetismo generalizado no final do Império: Censo 1872

A análise do gráfico 1, relativo ao analfabetismo no ano 2000, revelou não só grande desigualdade entre as Unidades da Federação, mas também a configuração tipicamente regional de sua distribuição. Tal situação obriga a perguntar sobre a gênese dessa desigualdade, o que compreende a investigação tanto do período como das condições de sua emergência e desenvolvimento.

Para se responder à pergunta, é necessário percorrer o caminho do que se pode chamar de história quantitativa do analfabetismo. Na impossibilidade de apresentar e analisar aqui os dados de todos os Censos, opta-se pelos de 1872, 1920 e 1960, além do Censo 2000 – já analisado acima. O primeiro passo é saber qual era a situação no começo, entendendo-se aqui por começo o ano da realização do primeiro Censo brasileiro, em 1872, já em meio à onda que iria derrubar a instituição monárquica no Brasil, como observa Sérgio Buarque de Holanda (1977, p. 7). Nesse ano, a taxa de analfabetismo para o conjunto do País é de 82,3% para as pessoas de 5 anos ou mais (gráfico 2), situação esta que se mantém inalterada pelo menos até o segundo Censo, realizado em 1890 (82,6%), já no início da República. Tais taxas valeram ao Brasil, na época, a pecha de campeão mundial do analfabetismo. Pouco contribuiu para mudar esse quadro, seja o fato ressaltado por Holanda de que, ao segundo imperador do Brasil, “a educação, especialmente a instrução primária, sempre parecera, efetivamente, a necessidade fundamental do povo”, seja a confissão do mesmo imperador a seu amigo Gobineau, a propósito da reforma eleitoral, de que não tinha confiança senão na educação do povo (Holanda, *Ibidem.*, p. 188). “A lentidão extrema [...] com que se cuidou da matéria em seu reinado” – diz Holanda – “estava longe de

corresponder a tão boa vontade”. E acrescenta que, em 1869, falando no Senado, Silveira Lobo lembrara que “na própria Côrte havia apenas 4 800 alunos primários para uma população estimada em 400 000 a meio milhão de almas” (Ibidem., p. 188).

Voltando-se ao gráfico 2, pode-se observar que a variação entre as taxas de analfabetismo – nas diferentes províncias do Império no ano de 1872 – era pequena, se comparada com a verificada no ano 2000. Isto se evidencia com maior clareza, quando se exclui da análise comparativa o Estado de Sergipe, cuja taxa de 61,4%, a mais baixa entre as províncias do Império em 1872, carece de qualquer fundamento. Com efeito, como se lê na retrospectiva traçada nos documentos do Censo de 1940 (IBGE, 1940), a taxa sergipana de analfabetismo em 1872 é fortemente subestimada em consequência de sub-recenseamento naquela província⁴. Não considerada, portanto, a Província de Sergipe pela razão exposta, as taxas mais altas de analfabetismo (PB – 87,1% e CE – 87,0%) superam em apenas 1,19 a 1,23 vezes as taxas mais baixas verificadas no Império (PR – 71,1% e PA – 73,2)⁵. Isto mostra que, em 1872, quando da realização do primeiro Censo, não existia ainda, no Brasil, qualquer disparidade acentuada entre as então províncias do Império quanto ao analfabetismo. Além disso, a variação nos percentuais de analfabetos, nas diferentes províncias, não obedecia aos critérios de divisão regional identificados no Censo 2000. Com efeito, as Unidades da Federação que, no ano 2000, compõem os grupos I e IV (os grupos extremos), aparecem, em 1872, misturadas entre si e com as dos demais grupos.

Há mais um aspecto a considerar em relação ao gráfico 2. Entre os índices mais baixos, figuram duas situações em que as taxas de analfabetismo provavelmente já vinham em queda desde antes do primeiro Censo⁶. Trata-se do conjunto formado pelo atual Estado do Rio de Janeiro, que, na época, compreendia a Província do Rio de Janeiro e a Cidade do Rio de Janeiro (o Município Neutro), conjunto este privilegiado por sediar a corte e concentrar a burocracia estatal, os negócios e grande parte do ainda pequeno aparelho escolar brasileiro. Aliás, neste trabalho, sempre que se disser Rio de Janeiro, se estará entendendo: primeiro, a Província do Rio de Janeiro mais a Corte ou o Município Neutro; a seguir, o Estado do Rio de Janeiro mais o antigo Distrito Federal; mais recentemente, o conjunto formado pelos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara; finalmente, o atual Estado do Rio de Janeiro, que tem como capital a cidade do Rio de Janeiro. Neste caso, a taxa de analfabetismo cai de 77,2%, em 1872, para 66,8%, em 1890.

A segunda situação é dada pelo Rio Grande do Sul, beneficiado, ao menos, pelas seguintes condições: a) a imigração de populações européias, principalmente alemã, a partir de 1824, as quais se distinguiam por alto índice de alfabetização e que contribuíram muito para a duplicação da população gaúcha entre 1872 e 1890; b) a incorporação econômica e social dos imigrantes através do sistema dito colonial ou de pequena propriedade familiar, ao contrário da incorporação através do trabalho assalariado nos cafezais de São Paulo e Estados

vizinhos; c) os fortes vínculos culturais com a Bacia do Prata, especialmente com a cidade de Buenos Aires, a capital da Argentina, País que já se distinguia por uma política educacional mais decidida⁷. Neste segundo caso, a taxa de analfabetismo cai de 76,8% em 1872 para 69,7% em 1890.

Essas duas situações (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) representam a primeira rasgadura no manto de analfabetismo, que cobria por igual a quase totalidade do território nacional até o início da República (Censo 1890). A essas duas situações agrega-se, no primeiro período intercensitário, o Estado de Santa Catarina. Nesse Estado, a taxa de analfabetismo em 1872 era extremamente elevada (83,5%), superior mesmo à taxa nacional (82,3%). No entanto, a taxa verificada em 1890 (76,7%) sinaliza queda no período, movimento este confirmado nos Censos seguintes. Devem ter contribuído para isso as duas primeiras razões apontadas acima, em relação ao Rio Grande do Sul: a imigração européia, principalmente alemã, a partir de meados do século XIX, que se distinguia por alto índice de alfabetização; e a incorporação econômica e social dos imigrantes através do sistema dito colonial ou de pequena propriedade familiar, não do trabalho rural assalariado. Diferentemente do Rio Grande do Sul, não vêm ao caso as relações com o Prata.

Feitas essas ressalvas, de taxas de analfabetismo já em queda pelo menos desde o primeiro período intercensitário, não seria o caso de dizer que as taxas de analfabetismo eram tão elevadas no Brasil que não deixavam margem a desigualdades entre as províncias? Aliás, o analfabetismo ainda não se havia constituído como problema nacional, pela simples razão de que, “ao longo de grande parte da nossa história essa questão [do analfabetismo] não esteve posta” (Paiva, 1990, p. 9). O analfabetismo surge como questão nacional somente com a reforma eleitoral de 1882 (Lei Saraiva), a qual ao “censo pecuniário” acrescentou o “Censo literário”, que estabeleceu a proibição do voto do analfabeto. A Constituição republicana de 1891, que acabou com o Censo econômico, manteve o “Censo literário”⁸. Observe-se que a questão, como diz Paiva, “se fortalece pela maior circulação de idéias ligadas ao liberalismo e se nutre também de sentimentos patrióticos” (Paiva, 1990, p. 9-10), suscitados pela divulgação internacional da taxa de analfabetismo segundo o Censo de 1890, que dava para o Brasil a taxa mais alta (82,63% para a população de 5 anos e mais) entre os Países considerados. O analfabetismo, portanto, emergiu no Brasil como uma questão política, não como uma questão econômica. A Lei Saraiva de 1882, do final do Império, e todas as constituições republicanas, excetuada a de 1988, distinguiram-se, sob este aspecto, pelo caráter discriminatório, rotulador e excludente em relação ao analfabeto. O analfabetismo constituiu-se na grande vergonha nacional. O voto foi repetidamente negado aos analfabetos, sob o argumento principalmente de sua “incapacidade”. Os projetos de reforma constitucional, aliás, questionaram de forma explícita, mas sem resultado, tal argumento (Rodrigues, 1965, p. 6-7).

Holanda descreve em termos dramáticos o impacto do “novo ‘estelionato’”, o “Censo literário” e a dimensão das “exclusões”, resultantes do projeto aprovado pela “Câmara dos Servis”:

Pode-se ter idéia do significado dessas exclusões, considerando que, de acôrdo com o relatório da Diretoria Geral de Estatística do Império correspondente ao ano de 1874, a população eleitoral do País era, então, de 1 114 066 indivíduos. Agora, com a lei Saraiva, será reduzida, não aos 400 000 da previsão de Rui Barbosa, mas a tão somente 145 296. Isto é, perto da oitava parte do eleitorado antigo e a menos de 1,5 por cento do total de habitantes do Brasil, estimado em 9 941 471 em 1881 (Holanda, 1977, p. 224).

Na realidade, a lei Saraiva “excluía, nas palavras do segundo José Bonifácio, as massas ativas da sociedade brasileira, e criava uma aristocracia eleitoral sob a imediata direção do poder público e a serviço da centralização administrativa” (Ibidem., p. 225).

Agravamento das desigualdades e início de sua regionalização: 1872/1890 a 1920

Do primeiro ao segundo Censo (de 1872 a 1890), as taxas de analfabetismo mantiveram-se praticamente no mesmo nível, tanto para o País como um todo quanto para a quase totalidade das unidades do Brasil. Apenas Rio de Janeiro (como definido acima), Rio Grande do Sul e Santa Catarina evidenciaram tendência nítida de queda em suas taxas de analfabetismo, já entre o primeiro e o segundo Censo. Não há, portanto, razão para deter-se na análise do Censo de 1890. Por sua vez, o Censo 1900 não é parâmetro seguro para qualquer avaliação da tendência do analfabetismo. O motivo é simples: o sub-recenseamento de extensas áreas rurais em 1900 resultou em subestimação do analfabetismo para várias Unidades da Federação e, conseqüentemente, para o conjunto do País. Esta é a razão por que se tem deixado de lado o Censo 1900 nos estudos sobre analfabetismo (Ferrari, 1985). Importa, por isso, dirigir a atenção para o próximo Censo – o de 1920. Em relação a este, o gráfico 3 permite divisar algumas mudanças a partir do período 1872/1890.

a) há, no período, uma redução de 11 pontos percentuais na taxa de analfabetismo para o Brasil como um todo (de 82,3% em 1872 e 82,6% em 1890 para 71,2% em 1920). É, pois, no período 1890 a 1920 que tem início a tendência secular de queda do analfabetismo no Brasil;

b) eleva-se de 1,23 vezes em 1872 para 1,61 vezes em 1920 a relação entre a taxa mais alta (PI – 85,9%) e a mais baixa de analfabetismo (RJ – 53,4%), o que é revelador de um aumento sensível da desigualdade entre as Unidades da Federação;

c) a queda do analfabetismo é mínima no extremo superior (de 87,1% na Província da Paraíba em 1872 para 85,9% no Estado do Piauí em 1920). Em contrapartida, concentra-se em alguns Estados, como Rio de Janeiro (53,4%) e Rio Grande do Sul (53,8%), que já vinham apresentando tendência de queda nas taxas de analfabetismo;

d) as taxas de analfabetismo, que formavam praticamente um *continuum* em 1872, com diferenças muito pequenas entre as províncias (excluída a Província de Sergipe, pela razão apontada acima), começam no Censo de 1920 a agrupar-se, com cortes bastante acentuados entre grupos de Unidades da Federação;

e) as distinções ou desigualdades vão assumindo um caráter nitidamente regional. O primeiro conjunto de Unidades da Federação a constituir-se com clareza como grupo regional nitidamente distinto é o Nordeste. Com efeito, as dez posições mais elevadas em termos de analfabetismo são ocupadas, em 1920, pelos nove Estados do Nordeste, mais o Estado de Goiás.

f) entre o Nordeste e a taxa nacional situam-se os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, da Região Sudeste, como que à procura, ainda, de sua identidade regional;

g) abaixo da taxa nacional, configura-se um grande grupo de Unidades da Federação, heterogêneo em termos de composição regional, mas com taxas de analfabetismo muito próximas, variando de 68,8% no Amazonas a 64,7% em São Paulo, todas em queda bastante acelerada em relação às Unidades situadas acima da taxa nacional. Esse grupo reúne todo o Norte (AM, PA, AC), parte do Centro-Oeste (MT), parte do Sudeste (SP) e parte do Sul (PR e SC). É neste conjunto que se operará grande transformação no período seguinte;

h) por mais que as coisas tenham mudado dos Censos de 1872 e 1890 para o de 1920, nenhum outro Estado chega a juntar-se à dupla constituída por Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul na liderança das taxas mais baixas de analfabetismo.

Em resumo, os Estados da Região Nordeste são os únicos a constituir-se em formação regional perfeitamente identificável, em termos de analfabetismo, ao término do período de 1872/1890 a 1920.

Novos alinhamentos regionais no período 1920 a 1960

Muitos fatos importantes ocorreram no Brasil entre 1920 e 1960: crise do café, Revolução de 1930, industrialização, urbanização, crise da borracha, construção de Brasília. Sem maior preocupação com a ordem cronológica desses fenômenos, passa-se agora à análise do gráfico 4, relativo ao Censo de 1960. Diversos pontos podem ser destacados:

a) de 1920 a 1960 acelera-se a queda do analfabetismo. Para o conjunto do País, a taxa cai, no período, de 71,2% para 46,7% entre as pessoas de 5 anos ou mais, uma redução de 24,5 pontos percentuais;

b) aprofundam-se ainda mais as desigualdades entre as Unidades da Fede-

ração, o que pode ser aferido pelo aumento, seja da distância entre as taxas mais alta e mais baixa de analfabetismo (AL –72,6%, RJ – 27,3%), seja da relação entre ambas, a qual passa de 1,23 vezes em 1872 e 1,61 vezes em 1920, para 2,66 vezes em 1960;

c) a redução do analfabetismo é relativamente pequena nos Estados do Nordeste, que chegam a 1960 com taxas ainda muito elevadas, da ordem de 61,6% a 72,6%. Nas dez posições mais elevadas em termos de analfabetismo, continuam figurando todos os nove Estados do Nordeste. A outra posição é ocupada pelo Acre, em substituição ao Estado de Goiás;

d) o declínio do ciclo da borracha colocou todas as taxas de analfabetismo dos Estados e territórios da Região Norte acima da taxa nacional: ou no mesmo nível do Nordeste (AC), ou logo abaixo do Nordeste (AM, RR, RO), ou próximo à taxa brasileira (AP e PA). Essa posição da Região Norte (entre o Nordeste e a taxa nacional) torna-se mais definida no Censo 2000. A crise da borracha praticamente estanca o avanço da taxa de alfabetização, no conjunto da Região Norte na década 1940/50, a qual mal se move de 41,68% para 42,76% entre as pessoas de 7 anos ou mais (Torino, 1982, p. 97);

e) restam, em 1960, alguns Estados em volta da taxa nacional (como MG, ES, MT e PR), ainda “à procura” de sua identidade regional em termos de alfabetização ou analfabetismo;

f) o grupo de Unidades da Federação mais alfabetizadas, constituído antes apenas por Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, passa agora a compreender também o novo Distrito Federal e os Estados de São Paulo e Santa Catarina. São Paulo, aliás, desde o Censo 1940. Que condições contribuíram para isso?

O ingresso do Distrito Federal nesse grupo, desde o Censo 1960, não surpreende: sua população é urbana e se concentra no setor terciário, principalmente na administração pública. Mas surpreende, sim, a rapidez com que Santa Catarina e São Paulo alcançaram Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que vinham pontecendo o movimento de queda das taxas de analfabetismo no País.

Em relação ao Estado de Santa Catarina que, inclusive, antecipou-se a São Paulo, a explicação deve ser buscada na direção sugerida acima, isto é, na imigração européia, desde meados do século XIX e, acima de tudo, na forma de incorporação desses imigrantes – a propriedade familiar.

E o Estado de São Paulo? Este surpreende duplamente: primeiro, pela demora em entrar em processo de redução do analfabetismo, ele que já era, havia tempo, o Estado líder da economia nacional; segundo, pela rapidez com que, depois, alcançou os Estados líderes (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), o que aconteceu no Censo 1940.

Mas não houve também em São Paulo, como no Rio Grande do Sul, numerosa imigração européia desde meados do século XIX? Sim, mas a incorporação dos imigrantes no sistema produtivo deu-se através do trabalho assalariado, primeiro complementando e, a seguir, substituindo o trabalho escravo. O café já comandava havia tempo a economia nacional, e fizera de São Paulo o centro

econômico do País desde meados do século XIX. Por que, então, a taxa de analfabetismo era tão elevada em São Paulo – em 1972 (81,2%) – e assim permaneceria até 1890 (83,4%), para só depois cair rapidamente, até atingir o mesmo nível do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul? Tal como aconteceu na sociedade do açúcar no passado, não se poderia esperar da sociedade do café, latifundiária e escravocrata, que viesse a pontear o movimento de alfabetização no País. Somente o primeiro surto industrial e urbano – nas primeiras décadas do século XX – e de modo todo especial a industrialização induzida e a urbanização acelerada, que se seguiram à crise da economia cafeeira e ao conseqüente abalo da aristocracia do café, na esteira da crise mundial de 1929, é que foram capazes de finalmente reduzir rapidamente a taxa de analfabetismo no Estado de São Paulo. A sociedade do café, baseada primeiro no trabalho escravo, depois na combinação de trabalho escravo e trabalho assalariado de imigrantes e, finalmente, no trabalho assalariado, não foi suficiente para colocar São Paulo entre os Estados pioneiros no processo de alfabetização já no final do Império. Pode-se dizer que, à semelhança de São Paulo, também o Estado de Minas Gerais só conheceu aceleração na queda da taxa de analfabetismo, a partir e em conseqüência dos grandes investimentos industriais no Governo JK nos anos 50.

Configuração regional do analfabetismo: 1960 a 2000

O confronto dos dados do Censo 1960 com os do Censo 2000, analisados no início do texto, permite alguns destaques:

a) a relação entre a taxa mais alta e a mais baixa de analfabetismo entre as Províncias/Estados, que parte de 1,23 vezes em 1872 e se eleva progressivamente para 1,61 e 2,66 vezes, respectivamente em 1920 e 1960, atinge, no ano 2000, o assombroso nível de 4,15 vezes (AL – 36,5% e DF – 8,8%), sempre com referência às pessoas de 5 anos ou mais;

b) acentuam-se consideravelmente, no período, as linhas divisórias entre os quatro grupos, com diminuição da desigualdade intragrupos.

c) No ponto de partida da série temporal analisada (Censo 1872), as taxas de analfabetismo eram extremamente elevadas em todas as Unidades da Federação – com pequenas diferenças entre elas – diferenças essas que não assumiam qualquer caráter regional, pelo menos não no sentido das grandes regiões fisiográficas do País. O Censo de 1920 já configura uma desigualdade bem mais acentuada entre as Unidades da Federação e, ao mesmo tempo, evidencia a emergência do caráter regional dessa desigualdade. Os Censos de 1960 e 2000 revelam um sucessivo agravamento dessa desigualdade entre as Unidades da Federação no que concerne ao analfabetismo e confirmam e aprofundam o caráter regional dessa desigualdade, em desfavor, primeiro, do Nordeste e, a seguir, do Norte, e em favor do *continuum* Sudeste-Sul (RJ, SP, PR, SC e RS), mais o Distrito Federal.

Isto tudo mostra com clareza o caráter histórico da desigualdade regional no Brasil em termos de analfabetismo. Na seqüência, busca-se levantar elementos para a interpretação do fenômeno.

Elementos de interpretação

As desigualdades regionais no Brasil, que tanta atenção mereceram a partir de meados do século XX, foram sendo construídas no decorrer de um longo processo desencadeado pelo ciclo da mineração desde o início do século XVIII, reforçado depois pelo ciclo do café no século XIX e consumado pelo processo de industrialização a partir da década de 1930, regionalmente centralizado no Sudeste. Em termos educacionais, a desigualdade foi manifestando-se mais lentamente, porquanto o Brasil, no final do Império e início da República, nas últimas décadas do século XIX, ainda era um país massivamente analfabeto. Tal fato foi percebido inclusive por estrangeiros, como no estudo *Britain & the Onset of Modernization in Brasil*, do inglês R. Graham. Na avaliação do autor, no Brasil da segunda metade do século XIX, a educação constituía prerrogativa apenas daqueles que, por nascimento ou posição, estavam autorizados a usufruir dos benefícios que dela poderiam advir. Ele estima que, em 1877, apenas 21,9% das pessoas livres de 5 anos ou mais sabiam ler e escrever (1.563.000 sobre 7.143.000) – e não mais de 170.000 crianças freqüentavam algum tipo de escola. Obviamente, se computada a população escrava, a situação era bem pior (Graham, 1972, p. 17-18).

Em relação ao início desse processo, vale reproduzir aqui as palavras de Caio Prado Júnior:

“O INTERESSE⁹ da metrópole pelo Brasil e o desenvolvimento conseqüente de sua política de restrições econômicas e opressão administrativa tomarão considerável impulso sobretudo a partir de princípios do séc. XVIII quando se fazem na colônia as primeiras grandes descobertas de jazidas auríferas. A mineração do ouro no Brasil ocupará durante três quartos de século o centro das atenções de Portugal e a maior parte do cenário econômico da colônia. Todas as demais atividades entrarão em decadência, e as zonas em que ocorrem empobrecem e se despovoam. Tudo cede passo ao novo astro que se levanta no horizonte; o próprio açúcar, que por século e meio representara o nervo econômico da colonização e sua própria razão de ser, é desprezado (Prado Júnior, 1970, p. 56).

Ao ouro seguiram-se os diamantes. A mineração polarizou as atenções por três quartos de século. Os resultados foram a ocupação do centro do Continente Sul-Americano, o deslocamento do eixo econômico dos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia) para o Centro-Sul e, por fim, a transferência da própria capital, da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763. “De modo geral” – diz o autor – “é todo o Centro-Sul que, graças em grande parte à mine-

ração, toma o primeiro lugar entre as diferentes regiões do País; para conservá-lo até hoje.” (Ibidem, p. 64).

A fulgurante ascensão das minas teve como contrapartida a decadência da agricultura, agravada pela chamada política do “pacto colonial” adotada pelas grandes potências concorrentes de Portugal (Ibidem, p. 79). Com o declínio da mineração, ressurgiu a agricultura, com destaque para o algodão, que veio somar-se à produção açucareira, para em breve sobrepujá-la, até que a queda dos preços no mercado internacional compromettesse a ambos – açúcar e algodão. Em relação ao período que aqui mais interessa, as últimas décadas do século XIX, Prado Júnior é enfático:

Resta uma última ordem de considerações relativamente ao período que ora encerra. É a grande modificação do equilíbrio demográfico e geo-econômico do País no curso da segunda metade do século passado [séc. XIX]. Este fato já foi assinalado quando se estudou o desenvolvimento das regiões cafeeicultoras do Centro-Sul (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) e a decadência do Nordeste. Do empobrecimento deste último setor, densamente povoado desde a colônia, vão resultar correntes demográficas fortes e constantes que dali se dirigem em demanda de regiões com melhores perspectivas. Este movimento de populações tornar-se-á particularmente ativo depois da grande seca de 1877-80, que despovoará o interior nordestino do Ceará até a Bahia. As regiões beneficiadas por esta emigração serão o vale amazônico (graças à extração da borracha); o sul da Bahia (produção de cacau em progresso); finalmente e sobretudo São Paulo, o grande pólo de atração. O desequilíbrio em favor deste último, que já começava a beneficiar-se com a larga imigração estrangeira, tornar-se-á cada vez mais profundo, e vai preparando o novo São Paulo tão diferente dos nossos dias; um São Paulo que econômica, social e demograficamente contrasta tão profundamente com o resto do País. Fato este prenhe das mais amplas e graves conseqüências (Ibidem, p. 202).

Cabe agora perguntar que conseqüências tiveram para a educação todas essas transformações ocorridas, desde o começo do século XVIII, sempre em favor do Centro-Sul, mais especificamente em favor do eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Surpreendentemente, se utilizada como critério a taxa de analfabetismo, até o início do que Prado Júnior denomina *A República Burguesa* (1889 a 1930) (Ibid., p. 205ss), não houve nenhuma mudança que viesse a distinguir os Estados de São Paulo e Minas Gerais em relação ao resto do País. Com efeito, como a quase totalidade dos Estados brasileiros, também os grandes e poderosos Estados de São Paulo e Minas Gerais não apresentaram, até o Censo de 1890, nenhum sinal de queda do analfabetismo, o qual se mantinha no mesmo nível dos Estados do Nordeste. Para a população de 5 anos ou mais, essa taxa era praticamente idêntica nos Estados de Minas Gerais (87,8%) e Piauí (88,2%) e nos Estados de São Paulo (83,4%) e Pernambuco (83,2). Nenhum dos grandes ciclos agrários voltados para a exportação – seja a cana, o algodão, a

borracha, o cacau, seja mesmo o café – deu qualquer impulso à alfabetização no Brasil. Nem os novos imigrantes europeus, particularmente os italianos, que já se dirigiam para São Paulo, mudaram o quadro. A razão parece clara: “A grande maioria dos imigrantes e de seus descendentes continuava no campo como colonos empobrecidos, *assalariados, posseiros ou volantes* (trabalhadores sem emprego fixo); outros partiam para novos países ou então para as maiores cidades onde a indústria começava a se desenvolver” (Alencar, Carpi e Ribeiro, 1996, p. 243).

Apenas o Rio de Janeiro e os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina evidenciaram tendência de queda do analfabetismo desde o primeiro período intercensitário (1872-1890). Os dois primeiros, provavelmente desde antes do Censo 1872.

Para concluir, lembra-se aqui o resultado de pesquisa feita sobre a produção e distribuição do analfabetismo no Estado do Rio Grande do Sul, com base em tabulações especiais do Censo 1980. O mapeamento do fenômeno no Estado revelou uma associação muito estreita entre analfabetismo e latifúndio, que atinge inclusive as cidades das regiões latifundiárias. As taxas mais baixas de analfabetismo verificam-se sistematicamente nas regiões ditas coloniais, onde predomina a pequena propriedade familiar. Mas com uma ressalva: algumas regiões coloniais, “apresentam índices que se aproximam dos característicos das regiões latifundiárias”, provavelmente em consequência do “empobrecimento progressivo de determinadas áreas coloniais, resultante do sucessivo parcelamento da terra”. Nessas regiões minifundiárias, a condição do camponês “já se estaria aproximando da condição dos trabalhadores assalariados da estância, da grande lavoura empresarial e da mina” (Ferrari, 1987, p. 17).

Em síntese, no Brasil, o latifúndio sempre foi e continua sendo o maior obstáculo ao cultivo das letras. No final do século XIX, numa inversão malabarista de causa e efeito, fez-se do analfabetismo, em vez do latifúndio, a grande vergonha nacional. E, para lavar a honra nacional, tirou-se do analfabeto o direito ao voto por mais de um século. De forma semelhante, desde a época do “milagre brasileiro” na ditadura militar, vem-se insistindo em que a melhor forma de redistribuir a renda seria investir na educação do povo¹⁰. É claro, afirmar que a redistribuição da renda seria a melhor forma de aprimorar a educação do povo, colocaria na berlinda os fatores concentradores de renda, entre os quais o latifúndio rural. Não seria teoricamente mais bem fundamentada e politicamente mais esclarecida a posição dos movimentos sociais que hoje lutam, a um só tempo, por terra e escola? Por outro lado, a longa história da constituição e do agravamento das desigualdades regionais no campo da educação evidencia que, deixadas à mercê da lei implacável do mercado, essas desigualdades só tenderão a aprofundar-se ainda mais.

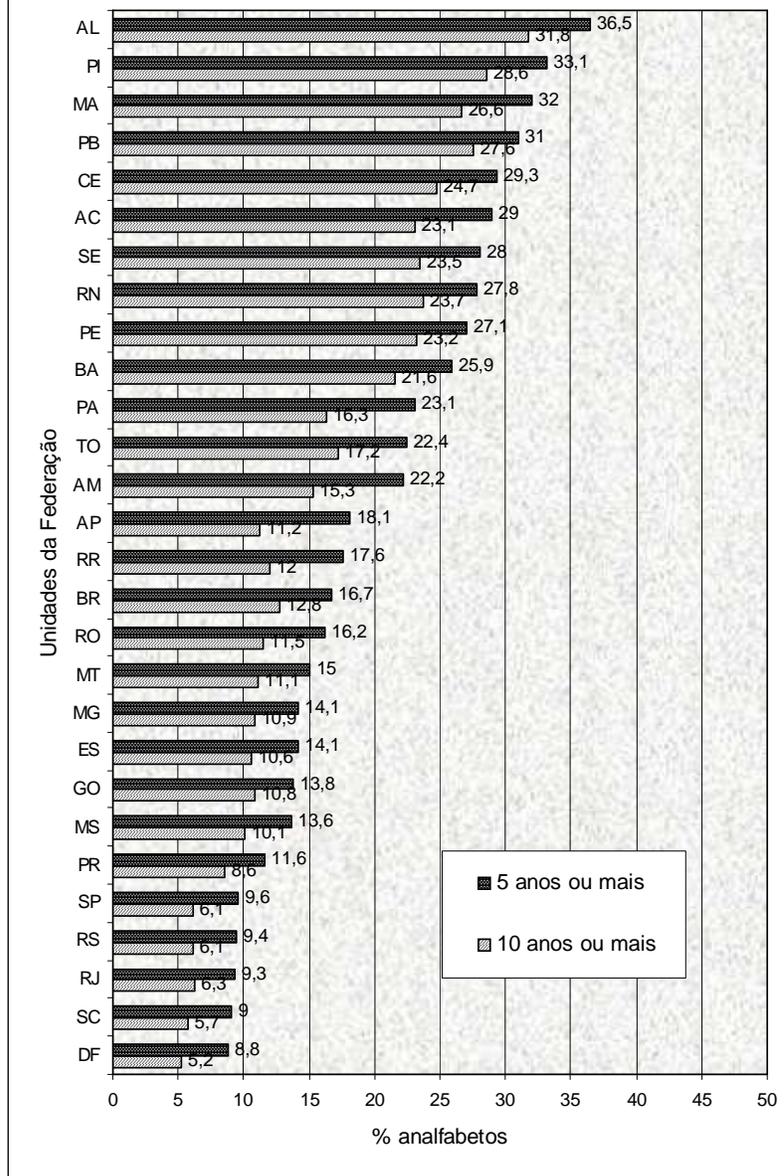
Tabela 1
Taxas percentuais de analfabetismo no Brasil e nas Províncias do Império /
Unidades da Federação, nos Censos de 1872, 1920, 1960 e 2000, organiza-
das em ordem crescente para 5 anos ou mais no ano 2000 (em negrito).

1872		1920		1960		2000		
Províncias	5 anos +	UFs	5 anos +	UFs	5 anos +	UFs	10 anos +	5 anos +
SE	60,4	RJ*	53,4	RJ*	27,3	DF	5,2	8,8
PR	71,1	RS	53,8	RS	29,9	SC	5,7	9,0
PA	73,2	SP	64,7	SP	30,1	RJ*	6,3	9,3
RJ*	74,2	SC	64,7	DF	33,3	RS	6,1	9,4
RS	74,6	AC	65,5	SC	33,4	SP	6,1	9,6
MA	77,4	MT	65,7	PR	43,6	PR	8,6	11,6
MT	79,5	PA	66,1	MT	44,4	MS	10,1	13,6
BA	79,7	PR	66,7	BR	46,7	GO	10,8	13,8
PI	79,9	AM	68,8	PA	47,8	ES	10,6	14,1
PE	80,4	BR	71,2	AP	48,9	MG	10,9	14,1
RN	80,9	ES	71,8	ES	49,5	MT	11,1	15,0
SP	81,2	MG	75,4	MG	49,6	RO	11,5	16,2
BR	82,3	CE	78,3	RO	53,4	BR	12,8	16,7
SC	83,5	BA	78,5	RR	54,8	RR	12,0	17,6
GO	83,8	RN	78,9	GO	55,3	AP	11,2	18,1
MG	85,6	PE	79,2	AM	57,1	AM	15,3	22,2
AL	85,7	SE	80,7	RN	61,6	TO	17,2	22,4
AM	85,9	MA	81,7	PB	61,8	PA	16,3	23,1
ES	86,9	GO	81,9	PE	62,7	BA	21,6	25,9
CE	87,0	AL	82,8	BA	63,3	PE	23,2	27,1
PB	87,1	PB	84,3	SE	65,0	RN	23,7	27,8
		PI	85,9	CE	66,7	SE	23,5	28,0
				AC	68,7	AC	23,1	29,0
				MA	69,8	CE	24,7	29,3
				PI	72,4	PB	27,6	31,0
				AL	72,6	MA	26,6	32,0
						PI	28,6	33,1
						AL	31,8	36,5

* Para se ter dados comparáveis, considera-se sempre o atual Estado do Rio de Janeiro, compreendendo também a Capital do Império (1872), a Capital da República (1920) e o Estado da Guanabara (1960).

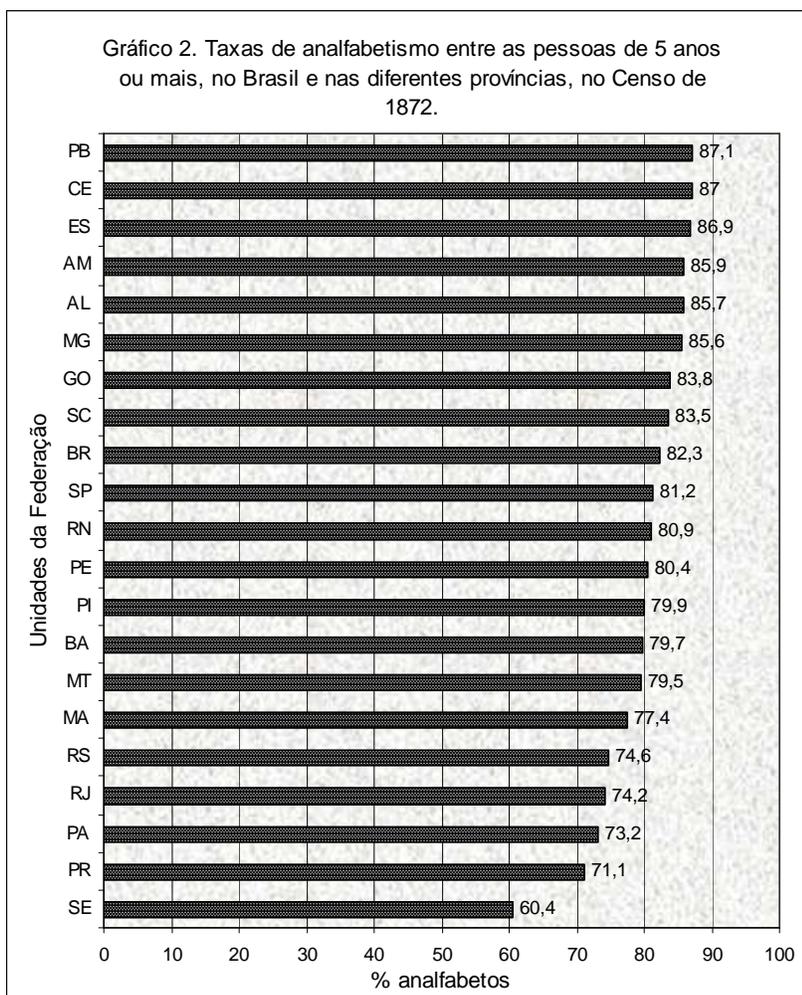
Fontes. BRASIL, *Recenseamento Geral de 1920*; IBGE, *Censo Demográfico 1940*, o qual reproduz também os resultados dos Censos anteriores; IBGE, *Censo Demográfico 1960 e ... 2000*.

Gráfico 1. Taxas de analfabetismo entre as pessoas de 5 anos ou mais e 10 anos ou mais, no Brasil e nas diferentes Unidades da Federação, no ano 2000.



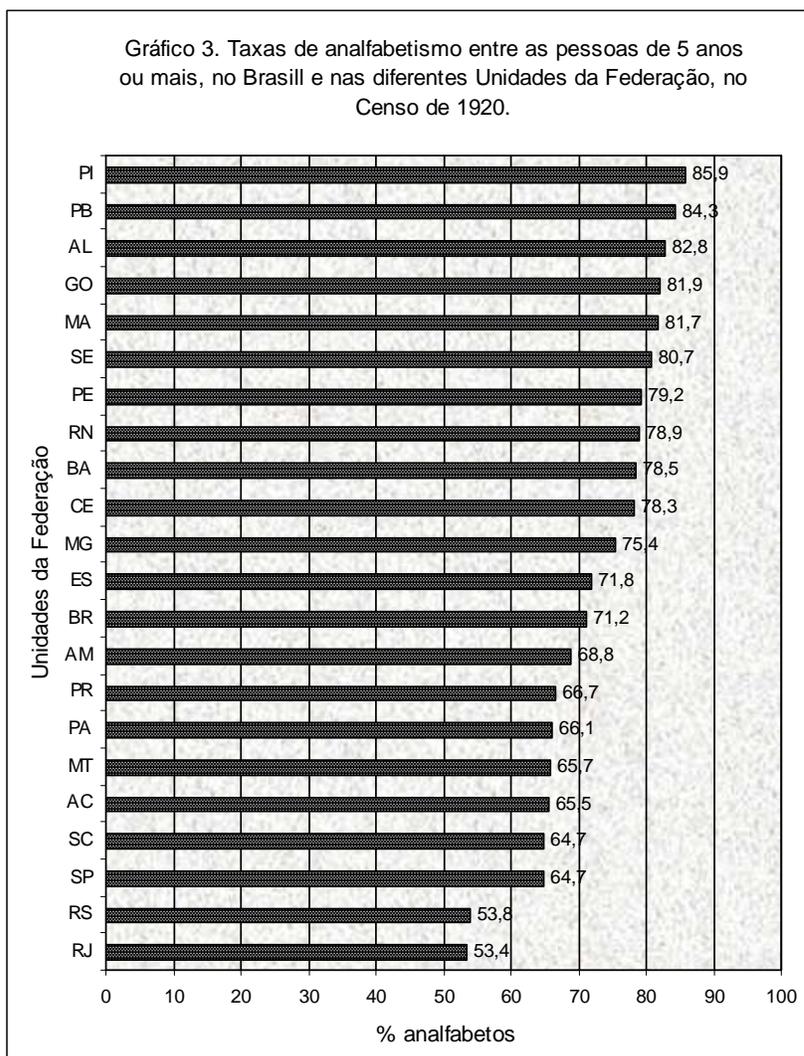
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Gráfico 2. Taxas de analfabetismo entre as pessoas de 5 anos ou mais, no Brasil e nas diferentes províncias, no Censo de 1872.



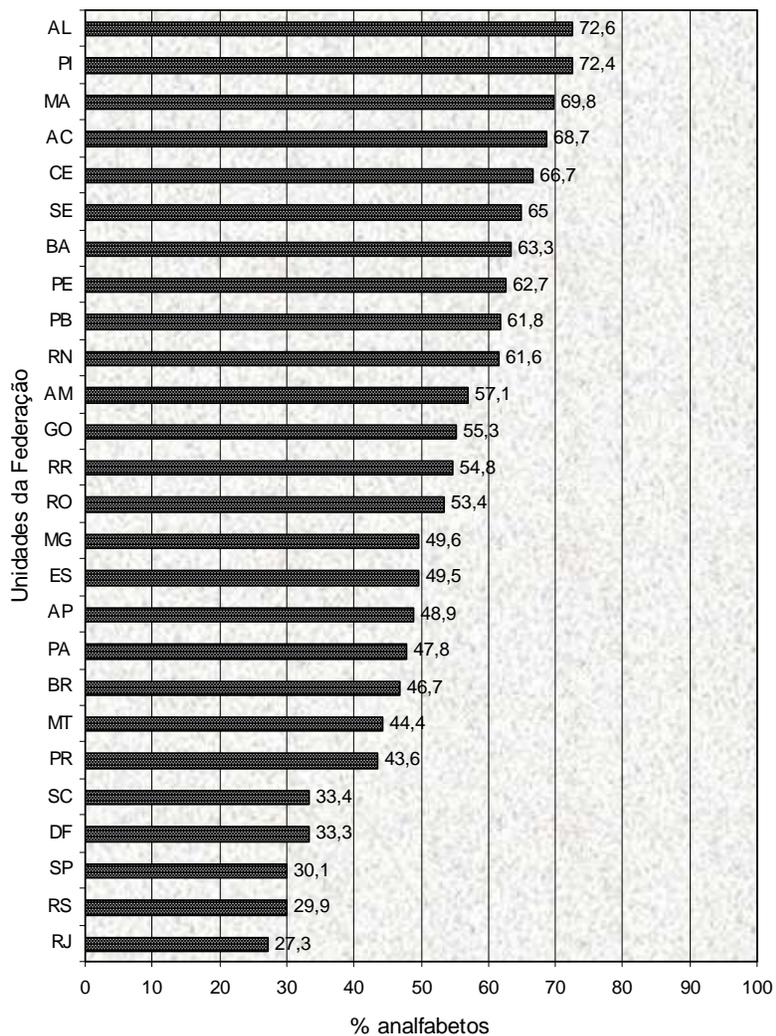
Fonte. IBGE, *Censo Demográfico 1940*, o qual reproduz os dados dos Censos anteriores.

Gráfico 3. Taxas de analfabetismo entre as pessoas de 5 anos ou mais, no Brasil e nas diferentes Unidades da Federação, no Censo de 1920.



Fonte. BRASIL, *Recenseamento Geral 1920*.

Gráfico 4. Taxas de analfabetismo entre as pessoas de 5 anos ou mais, no Brasil e nas diferentes Unidades da Federação, no Censo de 1960.



Fonte. IBGE, *Censo Demográfico 1960*.

Notas

1. Trabalho desenvolvido dentro do projeto “Diagnóstico da alfabetização e escolarização de crianças e adolescentes no Brasil segundo o Censo Demográfico 2000”, com apoio do CNPq, no período mar.2001/fev.2004. O texto foi apresentado no Colóquio Internacional: Políticas Públicas, Pobreza e Exclusão Social, realizado na UNIJUÍ, Ijuí/RS, Brasil, de 26 a 28 de novembro de 2003 está sendo publicado em *Educação & Realidade*, com autorização dos organizadores do evento.
2. A análise desenvolvida neste trabalho terá que se apoiar na taxa de analfabetismo para a população de 5 anos ou mais pela seguinte razão: os Censos de 1872, 1890 e 1900 levantaram a informação sobre alfabetização para toda a população a partir de 0 anos de idade, sem discriminação de grupos de idade. A solução é recorrer mais uma vez ao artifício adotado desde os anos 80 (Ferrari, 1985), que consiste em subtrair, tanto da população total como da população analfabeta, o contingente de pessoas de 0 a 4 anos. Isto permite obter uma *estimativa* do analfabetismo para a população de 5 anos ou mais. Estimativa, porque apoiada na hipótese de que, abaixo dos cinco anos, todas as pessoas sejam analfabetas. Mesmo que existissem casos de alfabetização antes dos 5 anos, esse número seria tão reduzido (à época dos primeiros Censos, pelo menos), que não teria qualquer repercussão nos valores percentuais.
3. Tese sustentada por Jacques Lambert, em seu livro *Os dois Brasis* (1976).
4. Na retrospectiva dos recenseamentos anteriores, o Censo Demográfico de 1940 registra, para Sergipe, no ano de 1872, “58.400 pessoas de paróquias não recenseadas, cuja população foi estimada” (IBGE, Censo Demográfico 1940 – Estado do Sergipe). Esse número representava $\frac{1}{4}$ da população do Estado. Tal fato deve ter implicado em subestimação do analfabetismo naquele Estado em 1872. Na realidade, não há nenhuma razão para que nesse ano a taxa de analfabetismo no Estado de Sergipe fosse tão menor (60,4%) do que nos Censos de 1890 (88,4%) e 1920 (80,7%).
5. É possível que a taxa de analfabetismo da Província do Paraná também fosse em certa medida subestimada em 1872. Pelo menos não se encontra nenhuma razão plausível para um aumento da mesma de 71,1% em 1872 para 77,5% em 1890. É provável que a taxa real de analfabetismo do Paraná em 1872 não fosse inferior à verificada em 1890.
6. Essas situações já foram estudadas em outro lugar (Ferrari, 1985, tabela 5).
7. Em seu “Estudo preliminar” à obra *Lei 1420, 1883-1884: Debate parlamentario*, por ele organizada e anotada, Gregório Weinberg observa: “Al convertirse Buenos Aires en Capital de la República em 1880, la provincia cedió a la Nación las escuelas ubicadas dentro de su jurisdicción. (Acuerdo del 12 de enero de 1881; ratificado por el decreto del Poder Ejecutivo Nacional de nueve días después.) Su régimen queda determinado por el decreto del 27 de enero del mismo año, cuyo carácter provisorio es evidente: ‘interín el Honorable Congreso provee por una ley especial a la Educación común en el Territorio y la Capital, continuarán vigentes en ella las instituciones escolares de la Provincia, con las modificaciones que establece el presente decreto’. Es decir, continuaba rigiendo la ley provincial de 1875 que, entre otras cláusulas, ya contemplaba la obligatoriedad y gratuidad de la educación primaria, convirtiéndose este modo en un claro antecedente de la legislación posterior, y el aporte no siempre ha sido reconocido

como corresponde. Al mismo tiempo se creaba el Consejo Nacional de Educación, y el 1 de febrero es designado Superintendente de Escuelas del distrito federal, D. Domingo Fautino Sarmiento, quien hasta pocos días antes era Director General de Escuelas de la provincia de Buenos Aires.” (Weinberg, In: ARGENTINA, *LEI 1420...*, 1984, p. V). Weinberg resalta, em seu estudo preliminar, que essa ley orgánica (a Lei 1420, de 8 de julho de 1881) “tuvo influencia decisiva en la formación de varias generaciones de argentinos; sus sabias y generosas provisiones han facilitado el mejoramiento del nivel cultural del País, en particular por la disminución sensible y permanente de los índices de analfabetismo; o expresado de otro modo, por el incremento paulatino de los índices de escolaridad [...]” (ibidem., p. XVI).

8. “Para desmontar as críticas ao projeto do governo, o representante da Bahia [Rui Barbosa] fixou-se sobretudo nos dois quilates marcados para o eleitorado, e que tinham sido o principal alvo da oposição: o de saber ler e escrever, a que chamou “Censo literário”, e o da renda líquida anual, a que chamou “Censo pecuniário” (Holanda, 1977, p. 219).
9. Em letras maiúsculas como na fonte.
10. Quando se trata da relação entre renda e educação, o mais comum é atribuir-se a desigualdade de renda à desigualdade educacional. O debate é antigo. No Brasil, ele ganhou destaque no início da década de 1970. Em trabalho recente, Ferreira discute as posições de C. G. Langoni e A. Fishlow, do início dos anos 1970, e conclui sua análise com posição muito próxima à expressa por Langoni quase trinta anos antes. Mesmo reconhecendo que a desigualdade não tem um só determinante, o autor sustenta que “A evidência empírica sugere fortemente que a educação continua sendo a variável de maior poder explicativo para a desigualdade brasileira”. E sintetiza da seguinte maneira o seu modelo de equilíbrio político-econômico, que compreende três desigualdades que se reforçam mutuamente: “uma grande desigualdade educacional gera um alto nível de concentração de renda”, a qual, por sua vez, “pode implicar uma distribuição desigual de poder político”, o que, por fim, “reproduz a desigualdade educacional” (Ferreira, In: Henriques, 2000, p. 155).

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, Chico, CARPI, Lúcia, RIBEIRO, Marcus Vinício Toledo. 14. ed. revista e atualizada. *História da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.
- ARGENTINA. *Ley 1420 - Debate Parlamentario*. Tomo 1. Estúdio preliminar, selección y notas: Gregorio Weinberg. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil 1920*, v. IV, Parte 4ª – População.
- FERRARO (FERRARI), Alceu Ravanello. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. Resultados preliminares. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, fev. 1985, n. 52, p. 35-49.
- _____. Escola e produção do analfabetismo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, jul./dez. 1987, p. 81-96.

- _____. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os Censos? *Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 81, dez. 2002, p. 21-47.
- _____. História quantitativa da alfabetização no Brasil. In: RIBEIRO, Vera Masagão. *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INEF 2001*. São Paulo: Global, 2003, p. 195-207.
- _____. Analfabetismo no Rio Grande do Sul: sua produção e distribuição. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, jan./jun. 1991, p. 3-30.
- FERREIRA, Francisco H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 131-158.
- GRAHAM, Richard. *Britain and the onset of modernization of Brazil – 1850-1914*. Cambridge: 1972.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. II. *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II: *O Brasil Monárquico*, 5º. vol. *Do Império à República*. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977.
- IBGE. *Censo Demográfico 1940*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. *Censo Demográfico 1960*. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. *Censo Demográfico 2000*. (CD-ROM). Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. Conselho Nacional de Estatística. *Contribuições para o estudo da demografia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/CNE, 1961. Parte G – A Alfabetização, II – A alfabetização da população do Brasil, segundo o sexo, a idade e a cor, p. 392-400.
- LLOMOVATTE, Silvia. *Analfabetismo em Argentina*. Buenos Aires: Niño y Dávila, 1989.
- LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- PAIVA, Vanilda. Um século de educação republicana. *Pró-Posições*, Campinas, v. 1, n. 2, jul. 1990, p. 7-21.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- RODRIGUES, Rogério Costa. *O voto do analfabeto face às constituições republicanas do Brasil*. Brasília/D.F. Senado Federal, 1965.
- TORINO, Malena Talayer. *Educação e estrutura de produção*. São Paulo: Autores Associados, 1982.
- WEINBERG, Gregorio. Estúdio preliminar. In: ARGENTINA. *Ley 1420 – Debate Parlamentario*. Tomo 1. Estúdio preliminar, selectión y notas: Gregorio Weinberg. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984, p. I-XXX.

Alceu Ravello Ferraro é professor do Departamento de Educação da Escola Superior de Teologia, São Leopoldo/RS. Professor Titular aposentando da UFRGS. Pesquisador do CNPq. Em 1992, por determinação judicial, houve retificação no sobrenome do autor, o qual passou de FERRARI para FERRARO.

Endereço para correspondência
Rua Dona Laura, 924/201
Bairro Rio Branco
90 430 – 090 Porto Alegre – RS
aferraro@adufrgs.ufrgs.br e aferraro@est.com.br

Daniel Kreidlow é aluno do Bacharelado em Teologia, da Escola Superior de Teologia, participante na condição de bolsista de Apoio Técnico do CNPq.

Endereço para correspondência:
Escola Superior de Teologia
Rua Amadeo Rossi, 467
Morro do Espelho
93001-970 São Leopoldo, RS
kreidlow@hotmail.com